

Expansão e descontrole da segurança privada no Brasil

Cristiane do Socorro Loureiro Lima – UFRN

CUBAS, Viviane de Oliveira. *Segurança privada a exploração dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. 176 p.

Viviane de Oliveira Cubas é uma jovem e brilhante pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), que vem oportunamente nos brindar com seu estudo sobre a segurança privada na cidade de São Paulo. Originariamente foi escrito como dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, orientada pelo Prof. Dr. Sergio Adorno.

Segundo Cubas, a segurança privada surge como algo que possibilita a manter a segurança pessoal e material numa época de aumento da criminalidade e de descrédito da população perante as instituições encarregadas de manter a ordem e controlar os conflitos. Diante disso ela aborda no seu trabalho, o serviço de vigilância oferecido por empresas da cidade de SP, nos anos 90, a sua rápida expansão no mercado e a aceitação deste serviço por parte da população.

O primeiro capítulo, *O público e o privado e na tradição social brasileira*, Cubas apresenta como a sociedade brasileira trabalha com as noções de público e privado, mostrando que o entendimento da fluida divisão que entre esses dois mundos é fundamental para compreensão do processo de expansão dos serviços de segurança privada.

Primeiramente, buscou uma teoria para a formação do Estado Moderno, onde deu ênfase ao trabalho de Norbert Elias. Em seguida, o enfoque foi dado aos autores que trabalham com diferentes abordagens sobre a colonização do Brasil e a formação do Estado brasileiro, suas características, o uso

dos poderes locais e, a ausência do poder público e, sobretudo, a fraca definição das fronteiras entre a esfera do público e a esfera do privado, justamente no tocante à segurança pública, para isso recorreu as análise de Oliveira Vianna (1973), Gilberto Freyre (1977), Roberto DaMatta (1991), Wanderley Guilherme dos Santos (1992), Boaventura de Sousa Santos (1998), entre outros.

Considerando o que já foi produzido pelos diversos autores, fica claro que a sociedade brasileira é profundamente marcada por relações orientadas por interesses particulares em detrimento de interesses coletivos. Com a sociedade brasileira ainda preservando suas características particularistas, a atual expansão das empresas de segurança privada pode representar uma radicalização de uma característica tradicional dessa sociedade no tocante à questão da segurança pública.

Considerando que a violência é um fenômeno que toca no cerne da cidadania, pois incide no direito à integridade física das pessoas, a credibilidade e a legitimidade do Estado, como provedor dessa integridade, ficam abaladas num contexto de iniciativas particulares para a resolução do crescente aumento da violência.

O segundo capítulo, *Segurança privada e política de segurança pública em São Paulo*, relata os estudos realizados sobre segurança pública, as políticas públicas existentes e as formas de *accountability* das forças públicas e dos efetivos de segurança privada em outros países.

Cubas relata experiências descritas em três textos. Um deles, publicado pela Policing and Society, em 1995, aborda o enfoque dado às pesquisas sobre segurança privada. Outro descreve os resultados de obtidos a partir da realização, pela Fundação Canadense para as Américas (Focal), de um *workshop* sobre a privatização da segurança na América Latina, mostrando as experiências da Argentina, Honduras e México. A discussão envolveu oficiais dos governos, juízes, especialistas sobre a polícia, acadêmicos, representantes de movimentos de direitos humanos e organizações policiais. Também o texto preparado pelo “Vera Institute of Justice”, publicado em agosto de 2000, discute a questão do *accountability* no caso da segurança privada e, para isso, conta com os exemplos de três experiências desenvolvidas em Nova York, Joanesburgo e Cidade do México.

Após o relato das três experiências apresentadas no *workshop* (Argentina, Honduras e México), a autora chega à conclusão de que a privatização da segurança nas Américas é um sintoma de segurança pública frente ao crescimento da criminalidade. É um importante fator da perda da capacidade das instituições do Estado em cumprirem a sua principal obrigação da segurança individual e coletiva de seus cidadãos. A privatização da segurança também vem abalando a governabilidade e as instituições democráticas na América Latina e Caribe, pois as estruturas de *accountability* são insuficientes ou não existentes para as forças de segurança privada. A segurança privada ameaça democracia também porque introduz métodos de mercado para a justiça e serviços policiais, o criando duas camadas de cidadania, aqueles que podem e aqueles que não podem pagar pela segurança. E, por último, há várias causas para o fenômeno, como a falta de recursos do Estado, falta de competência, tráfico de armas, criminalidade, entre outras.

O relatório *The public accountability of private police* do Vera Institute of Justice apresenta três experiências distintas da aplicação da segurança privada e suas respectivas formas de *accountability* e afirma que a privatização da segurança é algo irreversí-

vel e sugerindo que a privatização de alguns serviços pode ajudar a polícia pública a centrar esforços nas atividades que requerem maior conhecimento e treinamento. Um ponto fundamental de reflexão e preocupação encontrado nessas experiências é que as polícias privadas estão desempenhando papéis quase idênticos aos da polícia pública.

No terceiro capítulo, *O processo de expansão das empresas de segurança privada em São Paulo*, há um enfoque histórico das empresas de segurança, sobre seu surgimento e desenvolvimento, as conseqüências da sua expansão, inclusive uma discussão sobre serviços clandestinos. Destaca-se o fato que grande parte dos recursos humanos que exercem ou organizam as empresas de segurança privada são oriundos ou ainda pertencem aos quadros da segurança pública.

Neste capítulo, Cubas enfatiza que a legitimidade de um governo está intrinsecamente relacionada à sua capacidade em manter a ordem e que essa capacidade e autorização para o uso da força física na manutenção dessa ordem emana dos cidadãos, tornando-se fundamental que estes mesmos cidadãos possam ter controle sobre a maneira como esse poder é exercido, mas essa é uma questão que não está presente nas discussões acerca da expansão da segurança privada.

Por fim, o quarto capítulo, *Estrutura e funcionamento das empresas de segurança privada: seleção, recrutamento e treinamento dos profissionais em segurança privada*, aborda os processos de seleção e treinamento dos profissionais do setor de suas formas de *accountability*.

Cubas situa que conforme estabelece a Lei 7.102, cabe a Polícia Federal todo o controle sobre as empresas de segurança privada do país, mas explicita neste capítulo o quanto este controle ainda é insipiente. E seguindo uma lógica de mercado, para os empresários deste ramo, o controle mais importante é o exercido pelos próprios clientes da empresa e pela propaganda que a mídia faz sobre os seus serviços.

A necessidade de um controle externo sobre as polícias privadas é uma relevante preocupação

da autora e espera-se que num país democrático, o debate sobre a segurança não se limite à lógica de mercado, da simples relação compra e venda de serviços, e ser torne uma discussão realmente de domínio público.

Cubas termina o livro, destacando que apesar das sociedades de democracia tradicional e consolidada enfrentarem os desafios de controlar os serviços de segurança privada, esse problema é muito maior no caso de sociedades como a brasileira, onde há persistência de graves violações de Direitos Humanos e o não respeito aos direitos civis. A oferta de serviços privados de segurança pode não representar um problema em sociedades em que esse serviço funciona como um complemento à atividade de segurança pública e onde o Estado tem um forte controle no funcionamento e fiscalização das empresas. Numa sociedade extremamente desigual, na qual o poder público não consegue garantir a segurança pública de sua população, esses serviços funcionam como um substituto à segurança pública, como uma opção para os que podem pagar por sua segurança.

A leitura deste livro abre o debate sobre a expansão dos serviços de segurança privada, fomenta o debate público dos caminhos de enfrentamento da violência e apresenta os riscos que o descontrole da segurança privada agrava o quadro de insegurança e desproteção da sociedade brasileira. Esse livro constitui-se uma leitura essencial para todos preocupados e interessados nos caminhos da política de segurança brasileira, assim como seus reflexos e interligações com a cidadania e a democracia brasileira.